

EMBAIXADA DO BRASIL NA HAIA
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADORA REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão:

Parte 1 – Relações com os Países Baixos

Contexto Político Interno

1. Durante meu período à frente desta Embaixada, acompanhei o ano final do segundo governo do primeiro-ministro Mark Rutte (Gabinete Rutte-II), constituído pelos partidos VVD (liberal conservador) e PvdA (trabalhista), assim como as eleições gerais de março de 2017, que levaram ao poder a atual coalizão (Gabinete Rutte-III). Líder da sigla mais votada (VVD), o premiê Mark Rutte, foi, assim, reconduzido à função de primeiro-ministro, que ocupa desde 2010.
2. O Gabinete Rutte-III tomou posse em outubro de 2017, após 208 dias de negociação, as mais longas na história recente do país. A aliança foi formada pelo partido liberal conservador VVD, pelos cristãos CDA e "ChristenUnie" e pelo liberal "progressista" D66. Tratou-se da primeira vez desde 1977 que o governo é composto por mais de três partidos. Este é o terceiro mandato consecutivo de Mark Rutte.
3. Os resultados das eleições gerais de 2017 revelaram maior fragmentação partidária, fortalecimento moderado da direita "populista" (PVV), crescimento dos partidos de centro (D66), centro-direita (democratas-cristãos - CDA) e ambientalistas (GroenLinks e PvdD), e derrota histórica do PvdA (trabalhista).
4. Com perfil de centro-direita, o governo tem-se proposto a recuperar o investimento público nas áreas de segurança, defesa, educação e saúde, além de reformar o sistema tributário com vistas à redução da carga de impostos, em particular sobre as empresas. Também tem conferido prioridade à promoção da sustentabilidade ambiental, à adaptação da economia às metas do Acordo de Paris e reforma do sistema previdenciário.
5. Do ponto de vista orçamentário e financeiro, a implementação do programa tem-se beneficiado do contexto menos restritivo nos últimos anos, com superávit no orçamento e redução do endividamento público.
6. Em março de 2019, tiveram lugar as eleições provinciais, cujos resultados definiram a composição do Senado, onde o governo passou a contar com 31 assentos, aquém do número necessário para assegurar a maioria (38). As eleições provinciais de 2019 também confirmaram a

fragmentação política. O Senado passou a contar com 12 partidos representados, em linha com o que ocorre na Câmara dos Deputados.

7. Na oposição, o "Forum voor Democratie" (antissistema, anti-migração e eurocético), fundado há pouco mais de dois anos, tornou-se a maior agremiação no Senado (12 assentos). Outra sigla a comemorar o resultado foi o "GroenLinks" (esquerda ambientalista), que conquistou 5 a mais no Senado (9).

8. O pleito amplificou as dificuldades que a coalizão tem enfrentado para construir convergências, no plano interno, em assuntos referentes a mudança do clima, imigração, reforma da previdência, fortalecimento de serviços públicos e ética médica (eutanásia e aborto), e, no externo, sobre temas de integração europeia.

9. Analistas locais estimam que o baixo crescimento econômico e o crescimento da desigualdade no período subsequente à crise econômico-financeira internacional de 2008, bem como o aumento da imigração, teriam influenciado o deslocamento, para a direita, das preferências políticas de parcela crescente da população. Registrhou-se também, no período, fragmentação do espectro partidário, com o enfraquecimento de partidos tradicionais. Ganharam destaque, assim, à direita, pautas como imigração e identidade nacional. Mais à esquerda, cabe realçar a valorização da classe média e o fortalecimento de serviços públicos essenciais, em particular saúde e educação. As próximas eleições gerais nos Países Baixos estão previstas para março de 2021.

10. Além dessa dinâmica política, a Embaixada acompanhou as principais temáticas que repercutiram nos meios locais nos últimos anos, quais sejam: mudança do clima, imigração e terrorismo.

11. Mudança do clima passou a ganhar relevância no debate público neerlandês com as negociações sobre o acordo climático e energético, que envolveram, desde 2018, governo, partidos políticos, sindicatos, associações patronais e organizações ambientalistas. O êxito inicial obtido com a conclusão de acordo que buscava balancear os diferentes interesses econômicos e sociais envolvidos tem sido mais recentemente questionado. Em primeiro lugar, pelo impacto econômico das medidas previstas sobre as camadas menos abastadas da população e sobre alguns setores com grande representatividade no parlamento (e.g. agropecuária). Em segundo, por sua insuficiência para efetivamente reduzir emissões.

12. Na área migratória, a coalizão formada em 2017, embora tenha lidado com fluxo de imigrantes menor, especialmente se comparado ao patamar de 2015 (quando os ingressos atingiram aproximadamente 60 mil), adotou retórica e posicionamento mais restritivo, em linha com as demandas dos setores mais conservadores da sociedade neerlandesa. VVD e CDA tem buscado promover-se como siglas ligadas ao mote "lei e ordem", mediante defesa de rigor com o "gerenciamento" do ingresso de imigrantes e com a aplicação de exigências (de conhecimentos culturais e da língua neerlandesa) aos estrangeiros que tem a intenção de permanecer nos Países Baixos. Os últimos dados disponíveis, de 2018, dão conta de que ingressaram nos Países Baixos número próximo a 30 mil indivíduos, provenientes, particularmente, do "arco de instabilidade ao redor da Europa" (Oriente Médio e Norte da África).

13. O combate ao terrorismo foi outro tema que mereceu a atenção da Embaixada. Setores da sociedade local associam a presença de imigrantes muçulmanos ao aumento da insegurança e do risco de que tais atos venham a ser cometidos. Além disso, há receio de que o envolvimento de "jihadistas" neerlandeses nos conflitos na Síria e no Iraque, bem como a participação dos Países Baixos nas coalizões que combatem o "Estado Islâmico" e atuam no Iraque, na Síria e no Afeganistão, possam dar causa à radicalização de indivíduos neste país. Desde minha chegada, foram registrados incidentes de pequena dimensão nas cidades de Maastricht, Haia, Amsterdã e Utrecht, onde ocorreram ataques a faca contra transeuntes. Também tem merecido cobertura o debate sobre a repatriação de antigos combatentes neerlandeses e familiares que estiverem detidos em instalações na Síria, ao que o governo neerlandês tem-se oposto.

Contexto Econômico

14. Na posição de sexta maior economia da UE, os Países Baixos desempenham relevante papel como "hub" de transportes na Europa. Pelo porto de Roterdã passa parcela significativa do comércio exterior europeu (inclusive das trocas com o Brasil). A economia neerlandesa é caracterizada por alto grau de abertura internacional, altos superávits comerciais e baixas taxas de desemprego. Além de robusto setor industrial (concentrado nas áreas química, microeletrônica, refino de petróleo e exploração de gás, processamento de alimentos e máquinas elétricas), os Países Baixos desenvolveram setor agrícola altamente mecanizado e produtivo, que alça o país à posição de segundo maior exportador mundial de alimentos. É, ademais, tradicionalmente, uma das nações mais bem colocadas no índice de competitividade do Fórum Econômico Mundial.

15. Os Países Baixos foram afetados pela crise financeira a partir de 2008, ano em que o déficit público atingiu 5,3% do PIB. Entre 2009 e 2013, seguiu-se quadro recessivo, com contração do PIB em 1%, elevação da taxa de desemprego a 7,4% e contração do mercado imobiliário. A economia local começou a se recuperar apenas em 2014 e exibe atualmente indicadores positivos.

16. Dados do Escritório Central de Estatísticas dos Países Baixos (CBS), divulgados em 14 de novembro passado, mostram que o crescimento da economia neerlandesa manteve-se em patamar relativamente elevado no terceiro trimestre de 2019 (1,9%, em taxa anualizada, e 0,4% frente ao trimestre anterior). Tratou-se do quinto ano e meio de crescimento consecutivo da economia local. O CBS atribuiu o resultado positivo ao incremento dos investimentos em ativos fixos (7,4%, comparado ao mesmo período do ano anterior), exportação de bens e serviços (2,2%), e crescimento do consumo privado (1,6%) e público (1,5%). Nas exportações, o crescimento registrado foi inferior ao do segundo trimestre do ano, quando montou a 2,8%. Dentre os principais itens exportados, encontram-se produtos químicos, maquinaria e equipamentos. As importações, por sua vez, cresceram 3,2% (comparativamente ao terceiro trimestre de 2018). Nos setores produtivos, os que tiveram o maior incremento foram construção civil (5,3%, frente ao mesmo período de 2018) e agricultura e pesca (4,1%). A indústria local, com crescimento de 1%, ainda não parece ter sido afetada pela queda no desempenho da economia alemã.

Política Externa Neerlandesa

17. A política externa neerlandesa, nos últimos anos, tem sido dirigida de modo pragmático, ao buscar combinar prioridades tradicionais do país - União Europeia, transatlantismo (OTAN e EUA)

e Nações Unidas - com o interesse crescente da opinião pública local nas temáticas migratória, de segurança e de crescimento econômico e geração de empregos, assim como com o objetivo de ampliar as parcerias com grandes nações emergentes, em particular no âmbito econômico-comercial.

18. Diante da percepção de sinais de instabilidade ao redor do país e de seu eventual impacto negativo sobre os Países Baixos, as autoridades neerlandesas têm se esforçado por maior protagonismo internacional. Procuram, assim, por meio de alianças circunstanciais, mitigar consequências de processos que podem gerar problemas políticos, econômicos e sociais, como o "Brexit" na União Europeia, a menor previsibilidade dos EUA, as crises no Norte da África e no Oriente Médio e a maior assertividade da Rússia na Europa Oriental e na Síria.

19. Fiz seguimento, assim, da prevalência do relacionamento transatlântico como principal pilar da política externa neerlandesa. O PM Mark Rutte realizou, desde 2018, duas visitas oficiais a Washington. Nessas ocasiões, vem adotando tom moderado e construtivo acerca da retórica crítica do presidente Donald Trump sobre a ordem internacional e o sistema multilateral. Com isso, visa a manter a funcionalidade do relacionamento para fazer frente à instabilidade internacional crescente e a atores como Rússia e China.

20. No plano comunitário, por sua vez, acompanhei detidamente o esforço neerlandês de posicionar-se como interlocutor de relevo nos principais debates ocorridos na União Europeia, em particular à luz do "Brexit". O engajamento pessoal do PM Mark Rutte na política neerlandesa para a Europa consistiu em consolidar abordagem pragmática, que tem enfatizado a relevância da UE para os Países Baixos em termos de prosperidade ("mercado comum e união monetária"), a segurança ("crime transnacional, terrorismo e a instabilidade na fronteira externa do bloco") e a estabilidade ("responder efetivamente a desafios globais como mudança do clima, migração e o futuro do comércio internacional"). Dessa maneira, tenta contrapor-se ao discurso eurocético que passou a ganhar adeptos na classe política e em segmentos da sociedade local.

21. Cabe especificar que o "Brexit" permanece como objeto de grandes debates neste país. Para além das repercussões políticas, em especial no que se refere ao apoio menor da Haia a iniciativas de integração na UE, o 'Brexit' deverá ter impacto sobre a economia dos Países Baixos, diante de riscos que representa em termos orçamentário (maior contribuição dos Países Baixos ao orçamento da UE) e econômico-comercial (o Reino Unido é um dos principais parceiros comerciais neerlandeses na Europa e suas cadeias produtivas estão fortemente integradas).

22. No que se refere à ONU, destaca-se o mandato neerlandês no CSNU, em 2018, que adotou como prioridades: prevenção de conflitos, fortalecimento da justiça internacional e aprimoramento das missões de paz. Os Países Baixos foram, também, eleitos para mandato no Conselho de Direitos Humanos a partir de 2020.

23. O relacionamento com a Rússia permeou as vertentes comunitária e atlântica da política externa neerlandesa. Apesar da série de desacordos entre os países (e.g. derrubada do voo MH17, ocupação da Crimeia, crise síria e espionagem da OPAQ), os Países Baixos têm adotado tom moderado e construtivo com a Rússia, de maneira a manter a fluidez dos contatos de alto nível, em atenção a interesses econômicos e energéticos. A retórica no plano interno, entretanto, tem permanecido

francamente contrária a Moscou e a percepção da "ameaça russa" tem sido denominador comum entre governo e oposição. Para evitar que tal quadro influencie a tomada de decisões concretas prejudiciais ao relacionamento mais amplo com a Rússia, o governo sustenta que qualquer medida seja coordenada nos âmbitos da União Europeia e da OTAN.

24. Tive a oportunidade, ademais, de acompanhar os desenvolvimentos da política externa neerlandesa para os "grandes países em desenvolvimento", a exemplo de China, Índia e Brasil. A atuação dos Países Baixos foi impulsionada pelo objetivo de ampliar os intercâmbios políticos, econômico-comerciais e em C,T&I com parceiros fora do eixo Europa-América do Norte, com vistas a trazer benefícios para o país em período de "instabilidade" no relacionamento transatlântico e no interior da própria União Europeia.

25. Durante meu período à frente desta Embaixada, a ênfase neerlandesa no relacionamento com a América Latina restringiu-se aos desafios impostos pelas conjunturas na Colômbia, em Cuba, no Suriname e na Venezuela. Os Países Baixos se fizeram presentes nos debates internacionais sobre esses países, particularmente ao buscar impulsionar consensos no plano da União Europeia. No caso específico da crise venezuelana, os Países Baixos expressaram preocupação com sua repercussão, em especial migratória e econômica, sobre os territórios neerlandeses no Caribe. Com o Suriname, a despeito do laços histórico-culturais existentes, as relações têm sido limitadas desde a eleição de Bouterse, em 2010; o mandatário surinamês foi condenado, em 1999, por tribunal neerlandês, em caso envolvendo tráfico de drogas. Desde então, não tem havido troca de visitas de alto nível e as interações vêm sendo restritas a "contatos funcionais". A recente (29 de novembro de 2019) condenação de Bouterse, em primeira instância por uma corte militar surinamesa, pelo assassinato de quinze oposicionistas por forças militares do Suriname em 1982 ("Assassinatos de Dezembro"), repercutiu intensamente em meios políticos e midiáticos neerlandeses.

26. No aspecto mais temático da política externa, cabe destacar a proeminência do debate sobre imigração. O governo neerlandês tem-se engajado em iniciativas que visam a replicar o acordo obtido com a Turquia sobre o acolhimento de solicitantes de refúgio e a análise de seus pleitos fora do território europeu. Tem sustentado, ainda, a importância do apoio a projetos que tenham como objetivo melhorar as condições de vida nos países de origem dos fluxos migratórios, assim como nos de trânsito, com vistas a desestimular a continuidade dos deslocamentos para a Europa.

27. Outra matéria a receber tratamento destacado foi terrorismo, o que se refletiu em iniciativas de coordenação em âmbito multilateral e na articulação com outros países. Em 2014, os Países Baixos nomearam enviado especial para o combate ao terrorismo. Até novembro passado, o país copresidiu, com o Marrocos, o Fórum Global de Combate ao Terrorismo (GCTF). Como se sabe, a Haia é sede do Centro Internacional de Combate ao Terrorismo (ICCT) e do Centro Europeu de Combate ao Terrorismo (ECTC/EUROPOL), criado em 2016. Cabe recordar a sensibilidade política do assunto, à luz dos antigos combatentes de origem neerlandesa que se juntaram a grupos terroristas no Iraque e na Síria.

28. O setor da defesa também foi objeto do trabalho do Posto. O governo neerlandês continua a promover o envolvimento de seus militares em missões da ONU (Mali), da OTAN (Iraque e Afeganistão) e europeias, em demonstração de seu apoio a iniciativas multilaterais que promovam a paz e segurança internacionais, e, assim, contenham crises que possam contribuir para

movimentos migratórios ou terrorismo na Europa. Em novembro passado, anunciou participação na EMASOH - "European-Led mission Awareness Strait of Hormuz", missão militar iniciada pela França e liderada por países europeus no Estreito de Hormuz.

29. Dois últimos assuntos que receberam a prioridade neerlandesa nesse período foram direitos humanos e mudança do clima, ambos com forte ressonância na sociedade local. Em direitos humanos, o governo neerlandês vem consistentemente apoiando ações sobre liberdade de expressão e liberdade na Internet; liberdade religiosa e de crença; direitos iguais para mulheres e meninas; defensores de direitos humanos; direitos iguais para a população LGBTI; e a promoção da ordem jurídica internacional/luta contra impunidade.

30. Em mudança do clima, o governo neerlandês tem buscado posicionar-se como ator de relevo nos debates internacionais e europeus. Os Países Baixos passaram a acolher o "Global Center on Adaptation", que consolidará conhecimento sobre os riscos da mudança do clima, em particular informação sobre maneiras de proteger as áreas habitadas de eventos climáticos extremos e do aumento do nível do mar. Acerca do Acordo de Paris, tem sustentado que o processo de transição climática seja realizado coletivamente, de maneira justa e com apoio amplo (inclusive financeiro e compartilhamento de experiências e boas práticas). Na União Europeia, tem propugnado pelo estabelecimento de metas mais ambiciosas de redução das emissões.

Relações Bilaterais

a) Política

31. Embora as relações diplomáticas entre Brasil e Países Baixos tenham sido formalmente estabelecidas em 1828, a história comum dos dois países remete ao século XVII, quando da presença neerlandesa no Nordeste brasileiro. Os Países Baixos continuam a identificar o Brasil como ator importante na América do Sul e em organismos internacionais. A relevância estratégica do relacionamento aumenta pela existência, no Caribe, de territórios autônomos neerlandeses: três países constituintes do Reino - Aruba, Curaçao e São Martinho - e três municípios especiais - Bonaire, Saba e Santo Eustáquio. Cabe destacar, ainda, a ênfase renovada do governo neerlandês na priorização do relacionamento com as grandes economias em desenvolvimento.

32. Durante meu período na chefia do Posto, desde fevereiro de 2017, notei que esses vínculos, de natureza não apenas econômico-comercial, dão ao relacionamento caráter sólido e propiciam fluidez aos contatos oficiais. Exemplo maior disso é a Reunião de Consultas Políticas, fórum que tem permitido diálogo periódico e estruturado em assuntos de natureza bilateral, regional e multilateral. Tive a oportunidade de coordenar os preparativos para duas reuniões do gênero, em outubro de 2017, na Haia, e em maio de 2019, em Brasília. Os contatos configuraram oportunidade para ampliar a interlocução e as possibilidades de aproximação nos principais temas da agenda internacional: negociações do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia; situação na América do Sul e na Europa; relacionamento com EUA, Rússia e China; crise síria; conflito israelo-palestino; e dossier nucleares iraniano e norte-coreano.

33. Embora já diversificada e intensa, julgo que a relação bilateral seria fortalecida com a estruturação do diálogo parlamentar e o reforço do diálogo em nível político e técnico, orientado a

resultados práticos. No caso do diálogo parlamentar, os grupos de amizade recentemente constituídos nas duas Casas do Congresso Nacional são instrumentos relevantes para estabelecer interlocução mais estruturada com o Legislativo neerlandês, que detém relevante participação na formulação e implementação da política externa. Quanto ao diálogo político e técnico, seria oportuno avaliar se a criação de comissões sobre temáticas específicas - e.g. assuntos econômicos, financeiros e comerciais, tráfico de drogas, terrorismo e migração - poderia contribuir para a dinamização do relacionamento, do que são exemplos positivos os dois foros formais de diálogos existentes atualmente - Reunião de Consultas Políticas e Comitê Conjunto Brasil - Países Baixos em Ciência, Tecnologia e Inovação.

b) Comércio e Investimentos

34. O Brasil e os Países Baixos desfrutam de excelentes relações econômico-comerciais. As trocas entre os dois países são fluidas e mutuamente benéficas. Se, de um lado, o saldo das exportações é favorável ao Brasil; de outro, os Países Baixos estão entre os mais importantes investidores estrangeiros no país. Os Países Baixos, que, em 2017, se situavam como quarto maior importador de produtos brasileiros, precedidos por China, Estados Unidos e Argentina, passaram a ser o terceiro em 2018, posição que vêm mantendo no corrente ano. Até novembro de 2019, o país importou 9,5 bilhões de produtos brasileiros, precedidos somente de China e Estados Unidos. Entre os principais produtos da pauta estão farelo e resíduos da extração de óleo de soja; tubos flexíveis, de ferro ou aço; minérios de ferro e seus concentrados; celulose; e óleos brutos de petróleo. No ano de 2018, os Países Baixos foram o maior investidor direto no Brasil, com volume de negócios de cerca de 12,5 bilhões de dólares.

35. Durante minha gestão, o Setor Comercial (SECOM) da Embaixada buscou desenvolver ações que estivessem em sinergia com as tendências positivas das relações econômico-comerciais entre os dois países. Entre essas ações, sobressai o "Brazil Network Day" (BND), iniciativa de promoção comercial e de investimentos organizada regularmente pela Embaixada do Brasil na Haia desde 2011, em parceria com contrapartes neerlandesas, tais como prefeituras, províncias e demais instâncias governamentais, com participação de delegação governamental e empresarial brasileira. Atualmente em sua 16^a edição, o BND consolidou-se como a principal ação do gênero nos Países Baixos, na promoção de oportunidades de negócios e investimentos em áreas prioritárias para as relações econômico-comerciais entre Brasil e Países Baixos.

36. Desde minha assunção do posto, foram realizadas cinco edições do BND: em março de 2017, na cidade da Haia, com delegação do Ceará e foco em infraestrutura; em novembro do mesmo ano, em Utrecht, com delegação de Santa Catarina e foco no agronegócio; em março de 2018, em Roterdã, com delegação do Rio Grande do Sul e foco em energias renováveis; em novembro do mesmo ano, em Amsterdã, com delegação de São Paulo e foco em inovação; e em novembro do corrente ano, novamente na Haia, com delegação de Minas Gerais e foco em biotecnologia e ciências da vida. O BND tem-se mostrado ferramenta eficaz de projeção da imagem do Brasil como parceiro comercial seguro e opção atraente de investimentos. O exercício proporciona dinâmica interação entre diversos setores dos dois países e tem contribuído para avançar iniciativas concretas de cooperação. Entre os resultados positivos mais recentes vale mencionar a decisão da Heineken de estabelecer unidade de produção em Alexânia, em Goiás; o projeto de cooperação entre o Porto

de Roterdã e o Terminal Portuário de Pecém, no Ceará; e a inauguração, em maio de 2018, da nova frequência de voos diretos da KLM entre Fortaleza e Amsterdã.

37. Outra ação regular de destaque é a participação do Brasil na Feira Internacional de Turismo de Utrecht Vakantiebeurs. O Brasil tem participado anualmente, de forma variada, seja com pavilhão nacional, seja com estandes individuais de estados da federação, ou com combinações de ambos. A feira tem servido como plataforma para a promoção de novas frequências aéreas, como os voos diretos da KLM para Fortaleza e os voos fretados da Corendon, operadora de turismo neerlandesa, para Natal. Tem servido também para a divulgação de destinos menos conhecidos pelos neerlandeses, como o Tocantins.

38. Atualmente, o SECOM está ocupado com ações para o ano de 2020: preparação da participação do Brasil na Vakantiebeurs, em janeiro, que terá pavilhão nacional da Embratur e estande individual do Estado do Ceará; participação do Brasil com pavilhão da ABIMAPI (Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados) na PLMA Amsterdam (World of Private Label), em março; preparação de eventos sobre o agronegócio brasileiro e sobre energias renováveis, no primeiro semestre do ano; além da realização 17ª edição do BND, no segundo semestre.

c) Setor econômico

39. Na agenda econômica bilateral, noto as duas visitas do então Secretário Executivo do MAPA, Eumar Novacki, em 2017; a parceria entre os portos de Roterdã e Pecém, com investimentos iniciais de EUR 75 milhões; a visita do então Coordenador-Geral de Relações Internacionais (CORIN) da Secretaria da Receita Federal (SRF), Flávio Araújo, em junho de 2017; além de outras visitas e atividades, mencionadas em vários segmentos da seção sobre relações bilaterais.

40. O Posto promoveu em bases constantes os interesses brasileiros em temas sanitários, inclusive no contexto da operação "carne fraca" da Polícia Federal, no final de 2017, bem como por ocasião da retenção de carregamentos no Porto de Roterdã, como ocorrido no final de 2017 e em julho e agosto de 2019. Ainda sobre temas sanitários e fitossanitários, destaco missão de inspeção da ANVISA a este país em maio de 2019 (sobre a produção do insumo heparina) e missão de inspeção do MAPA a plantas produtoras de cárne bovinas (vitelo) e suínas e produtos lácteos, em setembro de 2017.

41. Outro pleito neerlandês que tem sido tema de consultas bilaterais refere-se à dívida do Porto de Suape junto à empresa neerlandesa Van Oord, por serviços de dragagem contratados em 2012. O governo neerlandês, na qualidade de garantidor do contrato, recorreu ao Clube de Paris para obter o resarcimento do valor em atraso. Da perspectiva brasileira, a responsabilidade pela dívida cabe ao Porto de Suape e ao Estado de Pernambuco. Em 2018, autoridades do Ministério da Fazenda brasileiro ofereceram seus bons ofícios para a resolução da questão, não obstante a reiteração de que a dívida do Porto não constitui dívida soberana e não deve ser tratada no Clube de Paris. O lado neerlandês, no entanto, tem insistido no entendimento de que o governo federal reconheceria a dívida de Suape, inclusive como parte dos compromissos assumidos pelo Brasil quando de sua acesso ao Clube de Paris. Somando-me a esses esforços, tenho buscado junto a várias instâncias locais, em diversas ocasiões, reforçar o tratamento dispensado à questão pelo Brasil.

42. Observo, ainda, que o Posto deu seguimento ao diálogo com autoridades locais a respeito da inclusão dos Países Baixos, a partir de dezembro de 2015, na lista de regimes com tributação favorecida. O governo neerlandês solicitou formalmente a reconsideração da decisão brasileira, e o tema tem sido objeto de troca de informações entre as autoridades tributárias dos dois países.

d) Ciência, Tecnologia e Inovação

43. Os Países Baixos, segundo estatísticas do "Global Innovation Index 2019", obtiveram a terceira posição em matéria de inovação na UE e o quarto lugar no ranking mundial. Esses bons resultados são obtidos por meio de apoio direto do poder público, bem como da implementação de parcerias público-privadas entre empresas, instituições acadêmicas e governo, e reforçam a percepção de que a geração de conhecimento e o desenvolvimento de novas tecnologias é fundamental para a alta competitividade do país no plano internacional.

44. No âmbito bilateral, a cooperação em ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) tem sido aprofundada desde 2011, quando foi firmado Memorando de Entendimento sobre a matéria. O Brasil foi escolhido como um dos dezesseis parceiros prioritários para atividades conjuntas em C,T&I, em reconhecimento da boa infraestrutura científica brasileira, bem como da presença significativa de empresas neerlandesas no País.

45. O mais importante mecanismo permanente de diálogo e cooperação em C,T&I é o Comitê Conjunto Brasil – Países Baixos em Ciência, Tecnologia e Inovação. A III Reunião do Comitê Conjunto ocorreu na Haia, em 1/12/2017, com intensa participação da Embaixada. A delegação brasileira foi chefiada pelo então Assessor Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Embaixador Luís Felipe Silvério Fortuna, e integrada por representantes de diversas instituições do sistema de inovação brasileiro. A parte neerlandesa foi chefiada pela diretora de Pesquisa e Política Científica do Ministério da Educação, Cultura e Ciência, e contou com representantes de ministérios, agências públicas, instituições acadêmicas e empresas.

46. Mais recentemente, a Embaixada elaborou subsídios para a participação brasileira na IV reunião do Comitê Conjunto, que ocorreu em 9 de dezembro de 2019, em Brasília. A delegação do Brasil foi chefiada pelo Secretário de Empreendedorismo e Inovação do MCTIC, Paulo Alvim, e a neerlandesa, pelo Vice-Diretor-Geral de Empresa e Inovação do Ministério de Assuntos Econômicos e Políticas Climáticas (MINEZ), Michiel Sweers. Durante o encontro, foram discutidas iniciativas bilaterais de cooperação em curso, tais como: os projetos de pesquisa conjunta financiados pelo programa Horizonte 2020 (36% dos projetos brasileiros são com os Países Baixos) e as chamadas do programa "Eureka Global Stars Calls"; as parcerias entre FAPESP e NWO e FINEP e RVO; a cooperação com o instituto Naturalis no "Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira", bem como nos programas "Nature4Life" e "Biota"; e a parceria entre Deltares e CEMADEN na prevenção de desastres naturais. A assinatura do "Programa Conjunto de Cooperação (2020-2023) - com foco em prevenção e monitoramento de desastres naturais, biodiversidade, bioeconomia, materiais e sistemas de alta tecnologia, saúde e ciências da vida, defesa e segurança, e outros temas transversais também significou novo impulso à cooperação bilateral.

47. Em agosto de 2018, a vice-ministra (Secretária de Estado) de Assuntos Econômicos e Políticas Climáticas (MINEZ) dos Países Baixos, Mona Keijzer, visitou o Brasil. Na ocasião, foi assinada, em São Paulo, Carta de Intenção entre o MCTIC e os Ministérios da Educação, Cultura e Ciência dos Países Baixos e MINEZ. O documento define áreas prioritárias para a cooperação bilateral: prevenção de desastres naturais; nanotecnologia; pesquisa espacial; cidades sustentáveis; bioeconomia; ciências da vida & saúde; sistemas e materiais de alta tecnologia; defesa e segurança; biodiversidade; economia circular; e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

48. Entre os dias 1º e 5 de outubro de 2018, a adidância de inovação do Consulado-Geral dos Países Baixos em São Paulo e a RVO trouxeram a este país "Missão de Inovação em Agricultura de Precisão", com foco em temas como tecnologias de sensoriamento remoto e "big data" na produção agrícola, desenvolvimentos em sensores, "drones", internet das coisas e gerenciamento agrícola. A delegação brasileira foi composta por representantes da EMBRAPA, do INPE, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Universidade Federal de Santa Maria, de empresários do setor de maquinário agrícola gaúcho, entre outros.

49. Entre 23 e 26 de abril de 2019, delegação de autoridades do estado de Minas Gerais e de representantes do setor de mineração, liderada pelo Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Germano Vieira, realizou visita técnica aos Países Baixos para conhecer as tecnologias neerlandesas de monitoramento de barragens. O chefe do Escritório Neerlandês de Apoio Empresarial em Belo Horizonte, Remon Daniel Boef, acompanhou a visita. A participação da Deltares fundação neerlandesa que presta consultoria no desenvolvimento de sistemas e infraestruturas para o gerenciamento de recursos hídricos e do subsolo, monitoramento de riscos de inundações, entre outros a existência de ponto específico sobre prevenção e monitoramento de desastres naturais são constantes na agenda das reuniões do Comitê Conjunto.

50. Em maio de 2019, outra missão de Minas Gerais, dessa vez chefiada pelo então subsecretário Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SEDECTES), Victor Becho, visitou os Países Baixos, para participar do evento "The Next Web" (TNW) e cumprir programa com foco em inovação. A delegação buscou conhecer referências internacionais no ecossistema de startups e observar experiências exitosas de coordenação e integração entre governo, academia e setor privado.

51. A integração entre ecossistemas de startups e a internacionalização de pequenos empreendimentos inovadores brasileiros também foi objeto do "Bootcamp" organizado pelo The Hague Tech, com a presença de duas startups (uma 'fintech' e outra 'healthtech') além de um dos mais reconhecidos parques tecnológicos do Brasil, o Porto Digital, de Recife. Tratou-se do primeiro projeto executado por esta Embaixada no âmbito do PDI, avaliado como extremamente exitoso tanto pelos integrantes brasileiros da delegação como pelos anfitriões neerlandeses.

52. Entre os dias 21 e 22 de novembro de 2019, representantes do Ministério da Economia, do MCTIC e do SEBRAE participaram de missão com foco em inovação industrial, capacitação e recolocação de trabalhadores no mercado, tendo em conta a indústria 4.0. A delegação brasileira foi chefiada pelo Subsecretário de Inovação do ME, Igor Nazareth.

e) Educação e Cultura

53. O Setor Cultural/Educacional da Embaixada tem atuado principalmente em três frentes: i) promoção da cultura brasileira em suas diversas manifestações, por meio da organização de atividades culturais e do apoio institucional a eventos organizados por terceiros; ii) fortalecimento da parceria com os Países Baixos na promoção da história compartilhada entre os dois países; e iii) cooperação educacional entre universidades neerlandesas e brasileiras.

54. Na promoção da cultura brasileira, a Embaixada tem-se centrado nas manifestações que encontram maior ressonância na sociedade local. Destaca-se, nesse sentido, o cinema. Os Países Baixos são sede de importantes festivais de cinema, entre os quais o Festival Internacional de Cinema de Roterdã (IFFR, na sigla em inglês). O Itamaraty faz, anualmente, contribuição financeira à produção do festival, para incrementar a presença de diretores, atores e produtores de filmes nacionais exibidos na mostra. A participação do Brasil costuma alcançar números bastante significativos. Na edição de 2019, o país foi tema de mostra específica, distinguindo-se com a apresentação de 49 produções ou coproduções brasileiras, num universo de cerca de 450 filmes. Para a edição de 2020, a contribuição financeira anual foi dobrada, em função da crescente representação do país no festival. A Embaixada presta apoio institucional e divulga a participação do Brasil nos demais festivais de cinema realizados nos Países Baixos.

55. Ainda no campo do cinema, destacou-se, no ano de 2019, a avant-première do filme "A Vida Invisível de Eurídice Gusmão", organizada pela Embaixada, em colaboração com os distribuidores do filme e o Cinema Rialto, sala especializada em cinema de arte. O filme, vencedor do prêmio "Un Certain Regard", no Festival de Cannes, e candidato oficial do país ao Oscar de melhor filme estrangeiro, foi recebido calorosamente por plateia que lotou a sala. A Embaixada explora a possibilidade de se promover a tradução para neerlandês do livro que inspirou o filme, lançada nos Países Baixos no ano de 2016.

56. No campo da música vale ressaltar o Brasil Sinfônico, concerto em 2017 com a Filarmônica de Roterdã, a segunda mais importante orquestra dos Países Baixos, na ocasião regida pela brasileira Simone Menezes, tendo como solistas Daniel Jobim e Vanessa da Mata. O espetáculo, realizado com grande sucesso em duas noites no De Doelen, sede da Filarmônica, incluiu obras de Villa-Lobos e de Tom Jobim.

57. Os Países Baixos contam regularmente com a presença de importantes nomes das artes plásticas brasileiras. Em 2018, a Embaixada prestou apoio institucional a exposições de Luiz Zerbini e de Vik Muniz. Em janeiro de 2020, serão inauguradas, com apoio financeiro do Itamaraty, duas exposições no Centro de Arte Contemporânea Witte de Wit, importante instituição da cidade de Roterdã, com obras dos artistas brasileiros Adriana Varejão, Ana Vaz e Adriano Peixoto.

58. Os Países Baixos têm sido com frequência contemplados com recursos do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, financiado em conjunto pela Biblioteca Nacional e pelo Itamaraty. No ano de 2017, foram beneficiadas as traduções de "Lavoura arcaica", de Raduan Nassar, e "A paixão segundo G.H.", de Clarice Lispector. Em 2018, foi a vez das obras "Enigmas de primavera", de João Almino, e "O Tribunal de Quinta-feira", de Michel

Laub. No ano de 2019, quatro traduções foram financiadas pelo programa: "Meia-noite e vinte", de Daniel Galera, "De gados e homens", de Ana Paula Maia, "O amanuense Belmiro", de Cyro dos Anjos, e a coletânea de todos os contos de Clarice Lispector. Para o lançamento dessa coletânea, a Embaixada organizou, junto com os editores, debate com a participação do organizador da obra, Benjamin Moser, e das escritoras neerlandesas Conie Palmen e Maartje Wortel.

59. A história compartilhada entre Brasil e Países Baixos é mais bem conhecida pela sociedade brasileira que pela neerlandesa. A Embaixada vem buscando associar-se a iniciativas que promovam a história da presença holandesa no Brasil. Em 2019, a Embaixada prestou apoio institucional à exposição "Shifting Image in Search of Johan Maurits", organizado pela Casa de Maurício de Nassau (Mauritshuis), principal museu da Haia. A exposição é parte de um projeto maior, que abrange pesquisas sobre diferentes aspectos do Brasil Holandês, com a participação de diversos pesquisadores brasileiros. Em 2018, a Embaixada organizou, em colaboração com a Associação de Amigos da Mauritshuis, duas conferências na Residência, com o historiador Michiel van Groesen, especialista no tema da Universidade de Leiden. A Embaixada apoia igualmente os esforços de registro de toda a documentação relativa ao Brasil Holandês existente nos arquivos neerlandeses, trabalho conduzido pela Professora Marianne Wiesebron, que recebeu recentemente recursos do Projeto Resgate da Fundação Biblioteca Nacional/UNESCO Brasil, para a produção de 3 novos volumes.

60. Destaca-se no setor educacional a cooperação com a Universidade de Leiden, a mais antiga dos Países Baixos, em torno da Cátedra Rui Barbosa. Fundada há 20 anos, a Cátedra Rui Barbosa, é a única existente no país a dedicar-se exclusivamente a estudos brasileiros. A Embaixada tem apoiado financeiramente atividades da Cátedra, com destaque para a Semana Brasil, evento anual em sua 8^a edição, que traz professores de universidade brasileiras para debater, com pesquisadores e estudantes de Leiden, aspectos da sociedade brasileira.

f) Visitas

61. O relacionamento bilateral fluido desde 2017 não motivou recentes visitas oficiais de chefes de estado ou governo. Isso não obstante, duas ocasiões repercutiram muito positivamente no diálogo Brasil-Países Baixos: (i) o encontro entre o presidente Jair Bolsonaro e o primeiro-ministro Mark Rutte, em janeiro de 2019, à margem da última edição do Fórum Econômico Mundial, em Davos, que colocou fim a hiato de cerca de quatro anos sem reuniões bilaterais em nível de chefes de governo; e (ii) a reunião entre o MNE Stef Blok e Vossa Excelêncià à margem da abertura da mais recente sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, em setembro de 2019.

62. Durante o período em que estive à frente da Embaixada na Haia, a secretária de estado de Assuntos Econômicos e Clima, Mona Keijzer, viajou ao Brasil, onde cumpriu agenda com ênfase no setor de ciência, tecnologia e inovação (agosto de 2018). Delegações brasileiras, por sua vez, têm vindo com frequência aos Países Baixos. Podem ser mencionadas as visitas do governador do Ceará, Camilo Santana; do então governador do Tocantins, Marcelo Miranda; do Prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella; do então ministro Maurício Quintella Lessa, dos Transportes, Portos e Aviação Civil; do ministro do TCU Aroldo Cedraz; do então diretor-geral da Polícia Federal (PF), Leandro Daiello; do então Ministro da Justiça, Torquato Jardim; do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Nefi Cordeiro; do então presidente da Petrobrás Ivan Monteiro; do Secretário Nacional

de Políticas Sobre Drogas, Luiz Roberto Beggiora; de deputados estaduais da União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE); do então Secretário-Executivo do MAPA, Eumar Novacki; delegações da prefeitura de São Paulo e de empresários do Ceará, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais; do atual diretor da PF, Maurício Valeixo; de comitiva da Associação dos Juízes Federais (AJUFE), com 30 magistrados; de duas visitas do veleiro Cisne Branco, da Marinha do Brasil, e uma ancoragem do navio-escola da Marinha.

Conclusão sobre o relacionamento bilateral

63. Após cerca de três anos na Haia, posso atestar a relevância da parceria com os Países Baixos para a projeção do Brasil na Europa. Politicamente, este país desempenha papel destacado em diversos foros multilaterais regionais e internacionais, assim como de liderança em temáticas globais, a exemplo de migração, terrorismo e meio ambiente. Economicamente, sua posição geográfica nas proximidades da área mais populosa e rica da Europa e sua tradição mercantil fazem dos Países Baixos uma das principais portas de entrada na Europa de produtos, empresas e turistas brasileiros, além de apoiador de iniciativas que promovam o livre comércio, como o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia.

64. Acredito que os esforços empreendidos durante a minha gestão ajudaram a manter o dinamismo do relacionamento e a buscar novas convergências, sobretudo nas áreas de comércio e investimentos, e ciência, tecnologia e inovação. A retomada de visitas políticas de alto nível e a estruturação de contatos parlamentares poderiam vir a aprofundar o entendimento entre os dois países, ampliando campos de cooperação nos próximos anos.

Parte 2 - Atuação junto a órgãos multilaterais sediados na Haia

Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ)

65. A OPAQ é o organismo internacional responsável pela implementação da Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas (CPAQ), considerada um instrumento modelo, por instituir processos verificáveis e abrangentes com vistas ao desarmamento químico e à não reemergência de armas químicas. A Organização tem a função de verificar não apenas a destruição dos arsenais declarados, mas também as atividades industriais em território dos estados partes, seja na produção de agentes que podem ser precursores de armas químicas, seja de produtos químicos de base.

66. Desde sua criação, cerca de 98% dos arsenais químicos declarados já foram destruídos. Atualmente, os Estados Unidos são o único estado parte possuidor de armas químicas, de acordo com os arsenais declarados por ocasião da acessão à CPAQ. Com as recentes adesões de Myanmar, Angola e Palestina, a OPAQ conta atualmente com 193 estados partes. Alcançar a universalidade é um de seus objetivos (são sentidas as ausências sobretudo de Israel, Egito e Coreia do Norte). Desde a acessão da Síria, em 2013, o chamado "Dossiê Sírio" vem ocupando espaço central na agenda da organização.

67. Reiteradas notícias, pela imprensa, do uso de armas químicas em território sírio, com acusações mútuas entre as autoridades de Damasco e a oposição armada, deram início a negociações que

envolveram os chanceleres dos Estados Unidos e da Rússia e culminaram com o Acordo de Genebra e a acessão da Síria à CPAQ em 14 de setembro de 2013. Nesse mesmo ano, a Organização foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz. No entanto, após a conclusão da destruição dos arsenais declarados da Síria em 2014, surgiram novas denúncias de ataques químicos atribuídos tanto ao governo sírio como a forças rebeldes e atores não-estatais estrangeiros, além do assim chamado "Estado Islâmico". As alegações de ataques com armas químicas atribuídos ao regime de Assad suscitaram denúncias sobre a existência de instalações químicas não declaradas e a manutenção do próprio programa de armamento químico sírio, o que equivaleria a uma violação da Convenção.

68. Nesse contexto, foram criadas uma equipe de verificação da declaração inicial síria ("Declaration Assessment Team" - DAT), as "Fact-Finding Misions" (FFM) da OPAQ e o mecanismo conjunto OPAQ-ONU (JIM), estabelecido por resolução do CSNU para coordenar com o governo e a oposição sírios o acesso seguro às áreas mais sensíveis. O DAT já realizou mais de 20 rodadas de discussão com o Secretariado da OPAQ, mas diversos estados partes, principalmente do WEOG, seguem questionando a declaração inicial síria. As Missões de Apuração de Fatos (FFM) vêm investigando (alguns casos já encerrados) mais de uma dezena de incidentes de alegados usos de armas químicas. Em março de 2019, foi divulgado o relatório sobre o incidente em Douma, ocorrido em abril de 2018, o qual motivou ataque aéreo das forças conjuntas de Estados Unidos, França e Reino Unido a instalações sírias de pesquisa onde supostamente ainda seriam produzidas armas químicas. Por ter apontado que "provavelmente ocorreu o uso de químicos como arma", o relatório da FFM sobre Douma é motivo de intensos questionamentos por parte de Rússia, Síria, Irã e outros. A criação da Equipe de Investigação e Identificação (IIT), por voto durante a IV Conferência Especial dos Estados Partes, ampliou a divisão na OPAQ, o que tem impossibilitado a obtenção de consenso sobre os mais variados temas, inclusive administrativos. Rússia, Síria e outros países com visões similares (inclusive Índia e África do Sul) têm questionado, de forma mais ou menos veemente, a legitimidade da decisão e, por conseguinte, do próprio mecanismo.

69. Além dos incidentes na Síria, um dos mais emblemáticos casos recentes de uso de arma química foi o envenenamento do ex-espião russo Sergei Skripal e de sua filha em Salisbury, Reino Unido, em março de 2018. Na esteira da identificação do agente químico utilizado no incidente de Salisbury como "Novichok", tóxico com efeito sobre o sistema nervoso central que não constava em nenhuma lista do Anexo sobre Químicos da CPAQ, duas propostas foram apresentadas para a inclusão de novos químicos no referido Anexo (uma de Canadá, Estados Unidos e Países Baixos, a outra da Rússia). Após a recomendação pelo Conselho Executivo de adoção da proposta tripartite e de rejeição da proposta russa, e a apresentação de objeções às duas decisões no procedimento de silêncio a que foram submetidas, a matéria foi encaminhada para a Conferência dos Estados Partes, que adotou ambas (sendo a russa revisada para excluir uma família de químicos originalmente constante) por consenso. Foi a primeira vez, desde a existência da Convenção, que o Anexo sobre Químicos foi emendado.

70. A implementação nacional da CPAQ e a cooperação internacional para o uso pacífico da química são os outros pilares da Convenção e, por conseguinte, da OPAQ. O Brasil atribui especial importância à cooperação, tanto na vertente do intercâmbio de tecnologias para fins não proibidos quanto na capacitação em segurança e assistência e proteção contra incidentes com substâncias químicas. Nossa participação é ativa, seja como prestador, seja como beneficiário de cooperação internacional promovida pela OPAQ.

71. A extensão da rede de laboratórios designados pela OPAQ à América Latina e à África também é prioridade para o Brasil. Recentemente, o laboratório do IDQBRN, do Exército, obteve o primeiro conceito "A" em teste de proficiência voltado a habilitar laboratórios a receberem a designação. O Brasil advoga pelo apoio da Organização aos estados partes que buscam essa distinção.

72. Os trabalhos da Organização são dirigidos pelo Conselho Executivo (CE), que se reúne três vezes ao ano, pela Conferência dos Estados Partes, de periodicidade anual, e pela Conferência de Revisão, que ocorre uma vez a cada cinco anos. Como detentor da maior indústria química da América Latina, o Brasil ocupa assento permanente no CE da OPAQ, em uma das vagas reservadas ao GRULAC.

73. Ao longo de minha gestão, o Posto participou construtivamente das negociações dos principais temas na agenda da OPAQ: discussões sobre Síria, questões relacionadas ao uso de armas químicas por agentes não-estatais, cooperação internacional e as prioridades futuras da Organização. Como regra geral, a delegação buscou promover o consenso para a tomada de decisões. A Embaixada também divulgou atividades de cooperação internacional organizadas no Brasil, no âmbito da OPAQ, e dedicou-se a apoiar a ampliação da presença de brasileiros nos quadros da Organização, por meio da difusão de oportunidades de emprego e da promoção das candidaturas apresentadas.

74. Na condição de Representante Permanente do Brasil junto à OPAQ, chefei as delegações brasileiras às 84^a, 85^a, 86^a, 87^a, 88^a, 89^a, 90^a, 91^a e 92^a sessões do Conselho Executivo, bem como a diversas reuniões extraordinárias do CE, em que foram tratadas questões relacionadas a desarmamento químico, alegações de uso de armas químicas, combate ao terrorismo químico, governança e administração da Organização, bem como interação com a comunidade científica e a indústria química.

75. Também liderei a delegação brasileira às sessões XXII, XXIII e XXIV da Conferência dos Estados Partes, que revisa os documentos encaminhados pelo Conselho. Fui acreditada, igualmente, em novembro de 2018, como Representante do Brasil junto à IV Conferência Especial de Revisão (RevCon), que discutiu as prioridades futuras da OPAQ e meios para a sua implementação – infelizmente, os estados partes não conseguiram chegar a um consenso quanto a documento final da IV RevCon. Em junho de 2018, chefei, ainda, a representação do Brasil à IV Conferência Especial dos Estados Partes, quando foi aprovada decisão intitulada "Addressing the Threat from Chemical Weapons Use", a qual autorizou o Secretariado a implementar mecanismo de investigação e atribuição de responsabilidades por incidentes com químicos usados como arma. O Brasil se absteve na votação sobre o projeto, que resultou na criação da Equipe de Investigação e Identificação (IIT, na sigla em inglês).

Tribunal Penal Internacional

76. O TPI é o primeiro tribunal internacional independente, permanente e de vocação universal, responsável por julgar acusados de cometer crimes internacionais de maior gravidade (genocídio, agressão, crimes de guerra e contra a humanidade). Foi criado, em 1998, com ativa participação do Brasil, por negociação multilateral que resultou na assinatura do Estatuto de Roma, para fortalecer de modo permanente a justiça e o combate à impunidade, em linha com os valores e princípios

fundamentais da Carta da ONU e de convenções internacionais de direito humanitário. Na condição de membro fundador, o Brasil defende a independência do Tribunal e avanços no processo de universalização de sua jurisdição.

77. O TPI investiga atualmente 12 situações, nos seguintes países: República Centro Africana (duas situações), Uganda Sudão, República Democrática do Congo, Geórgia, Líbia, Cote d'Ivoire, Burundi, Bangladesh/Myanmar, Quênia e Mali.

78. Além disso, mantém exames preliminares de nove situações, nos seguintes estados: Afeganistão, Colômbia, Guiné, Iraque/Reino Unido, Nigéria, Palestina, Filipinas, Ucrânia e Venezuela.

79. Durante minha gestão, a Embaixada acompanhou os desdobramentos judiciais dos casos investigados ou em vias de serem iniciados, tanto em seus aspectos procedimentais, quanto em relação a seu potencial para consolidar a jurisprudência do Tribunal e/ou gerar precedentes relevantes para o direito penal internacional. Em particular, foi dada atenção a casos envolvendo países latino americanos, a exemplo dos exames preliminares das situações na Colômbia e na Venezuela.

80. Importantes desdobramentos foram verificados nos casos investigados pelo Tribunal. Entre esses, ressalto a decisão da Câmara de Instrução de denegar pedido para inquérito sobre crimes contra a humanidade alegadamente cometidos no Afeganistão; as absolvições de Jean Pierre Bemba (acusado de crimes contra a humanidade na República Centro Africana) e do ex-presidente da Cote d'Ivoire Laurent Gbagbo (por crimes de guerra em contexto pós-eleitoral); e a condenação de Bosco Ntaganda por crimes de guerra e contra humanidade na República Democrática do Congo.

81. Durante meu período à frente da embaixada, busquei maior participação de brasileiros no TPI. Na XVII Assembleia dos Estados Partes (dezembro/2018), logrou-se eleger a ex-juíza Sylvia Steiner para o Comitê de Nomeações do TPI, responsável pela análise das candidaturas a juiz do Tribunal. Adicionalmente, a embaixada trabalhou para aumentar a presença de profissionais visitantes e funcionários brasileiros na Corte. Em 2018 e 2019, três brasileiros atuaram como profissionais visitantes no TPI (Marcos Zilli, Érico Oliveira e Marilia Santos). Empreendeu-se, ademais, esforço para o aumento do número de funcionários brasileiros no Tribunal, com vistas à reversão da sub-representação do país no "staff" da instituição.

82. Avançou-se, igualmente, nas tratativas para a assinatura de Acordo de Acolhimento de Testemunhas. O texto e a escala de custos propostos pelo Brasil, aprovados pelo MJ, MDH e PGR, foram aceitos pelo Tribunal, o qual vem reiterando expectativa quanto à assinatura do instrumento.

83. Em 2019, teve lugar a primeira missão de juízes federais brasileiros ao TPI para capacitação em tópicos de direito penal internacional. Organizada pela Associação de Juízes Federais, em colaboração com a Embaixada na Haia, a missão trouxe 30 juízes federais, que foram recebidos pelos principais oficiais do TPI (presidente, promotora, secretário) e cumpriram programação de seminários sobre os principais temas de trabalho do Tribunal.

84. Também em 2019, tiveram início, na Assembleia dos Estados Partes, os debates sobre a necessidade de revisão do funcionamento do TPI. O processo, que deve estender-se ao longo dos próximos anos, objetiva otimizar os procedimentos de governança do Tribunal, corrigir desequilíbrios no "staff" e nos órgãos da Corte e tornar mais expeditas e eficientes as operações judiciais e investigativas.

85. O Brasil engajou-seativamente nas discussões a respeito do processo de revisão do TPI. No âmbito da XVIII AEP (dezembro/2019), foram aprovados resolução e termos de referência que estabeleceram as diretrizes do processo. A embaixada na Haia atuou, em linha com as instruções recebidas, de modo a garantir que os trabalhos sejam conduzidos pelos estados partes (state-driven) e os processos sejam transparentes e inclusivos.

86. Igualmente na XVIII AEP, foi aprovada a criação de um Painel Independente de Peritos que auxiliará os estados partes durante o processo de revisão. A embaixada participou das negociações para a definição dos termos de referência do Painel. Garantiu-se, em particular, que suas operações não acarretarão custos adicionais aos estados partes, e que não haverá implementação automática de seu relatório de conclusões, cuja análise deverá ser submetida à Assembleia dos Estados Partes. A procuradora regional brasileira Cristina Romanó foi selecionada, pelo presidente da Assembleia, para integrar o Painel Independente.

Corte Internacional de Justiça

87. Ao longo de minha gestão, a embaixada na Haia acompanhou e informou a respeito dos trabalhos da Corte Internacional de Justiça (CIJ), o principal órgão judiciário das Nações Unidas. Foram apresentadas análises sobre sua evolução, com vistas a transmitir elementos para a formulação da visão brasileira a respeito dos diferendos trazidos à Corte.

88. Entre 2017 e 2019, a CIJ registrou crescimento de 12 para 17 casos pendentes. A embaixada seguiu seu andamento tanto em termos procedimentais quanto substantivos. Dentre estes, deu-se prioridade aos casos referentes a países latino-americanos e caribenhos. Adicionalmente, foram acompanhadas e reportadas situações de grande relevância geopolítica, a exemplo da disputa entre Irã e Estados Unidos, a respeito do acordo sobre armas nucleares; do contencioso entre Rússia e Ucrânia, pelas propriedades localizadas na região da Criméia; e do contencioso entre a Gâmbia e Myanmar, a respeito da deportação da população Rohingya de Myanmar.

89. Entre 2017 e 2019, quatro casos envolvendo países da América Latina e Caribe foram concluídos: três relativos a diferendos territoriais entre Nicarágua e Costa Rica, e um sobre a disputa por acesso ao mar entre Bolívia e Chile.

90. No período em tela, a CIJ emitiu opinião consultiva sobre a situação do arquipélago de Chagos e a descolonização das Ilhas Maurício. A embaixada na Haia participou da preparação de subsídios e das intervenções escrita e oral realizadas pelo Brasil no referido procedimento.

91. A opinião consultiva teve grande impacto político, embasando resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o tema. Teve, também, importantes desdobramentos para o direito

internacional em temas importantes para a política externa brasileira, como os direitos à descolonização e à autodeterminação dos povos.

92. O período foi marcado, ademais, pela reeleição do professor Antônio Augusto Cançado Trindade para o cargo de juiz da Corte Internacional de Justiça. A Embaixada na Haia atuouativamente em prol da reeleição, por meio de gestões individuais e também da promoção de coquetel na Residência, ao qual estiveram presentes conselheiros jurídicos, juízes da Corte e funcionários da CIJ e da Academia de Direito Internacional.

Academia da Haia

93. A Academia da Haia de Direito Internacional é referência mundial em estudos de direito internacional. Ministrados desde 1923, seus cursos (tradicionalmente realizados durante o recesso de verão nos Países Baixos) recebem, em média, 300 alunos por ano, para palestras e seminários ministrados por expoentes da disciplina. Desde 2019, a Academia passou a realizar também edições de inverno de seu curso.

94. Ao longo de meu período à frente da embaixada, o Brasil foi o país com maior representação nacional nas atividades da Academia da Haia, correspondente a cerca de 10% do número total de discentes matriculados. Com base nessa significativa presença, gestionei, junto ao Secretariado da instituição, para aumentar o número de bolsas de estudos concedidas aos estudantes brasileiros.

95. A Embaixada recebeu, periodicamente, visitas dos alunos brasileiros matriculados nos cursos da Academia da Haia. Os encontros proporcionaram espaço para "networking" entre os participantes (em geral, acadêmicos e profissionais da área do direito), bem como para a discussão de temas relacionados ao direito internacional e às relações entre o Brasil e os Países Baixos.

96. Em razão de crescente interesse nos cursos ministrados pela Academia, a Embaixada vem se engajando em conversações com o Secretariado com vistas a realizar edição especial de atividade da Academia da Haia no Brasil ("short programme"). Uma vez confirmada a aceitação e a data para a iniciativa, proceder-se-á à escolha do tema do curso e do corpo docente. O último "short programme" da Academia da Haia realizado no Brasil teve lugar em 1983.

Europol/Eurojust

97. Durante minha gestão, foram adensadas as relações com as agências de coordenação da União Europeia para temas judiciais (Eurojust) e policiais (Europol). Acordo de Cooperação Estratégica foi firmado com a Europol em 2017. Com base nesse instrumento, foram concluídas as concertações para o estabelecimento de um oficial de ligação da Polícia Federal junto à agência europeia. A previsão para o início de suas atividades é para meados de 2020. A Embaixada iniciou também, em 2018, negociações para a eventual assinatura de acordo de cooperação com a Eurojust.

Corte Permanente de Arbitragem

98. Estabelecida em 1899, como instituição para facilitar a arbitragem e outras formas de resolução de controvérsias entre estados, a Corte Permanente de Arbitragem (CPA) tem ampliado suas atividades nos últimos anos ao também lidar com demandas entre investidores e estados.

99. A CPA atua por meio de painel de árbitros independentes, indicados por seus membros. Cada país pode apresentar até quatro árbitros, que cumprem mandato de seis anos, com a possibilidade de recondução. O grupo nacional brasileiro é composto pelos professores Celso Lafer, Nádia Araújo, Eduardo Grebler e Antônio Augusto Cançado Trindade.

100. Durante minha gestão, a embaixada na Haia atuou na governança da Corte, por meio de representação no Conselho Administrativo, ademais de acompanhar e reportar as principais atividades da Corte, a exemplo do procedimento, em 2018, para a definição das fronteiras marítimas entre Timor-Leste e Austrália e do regime jurídico para a exploração de campos de gás no Mar de Timor. Não houve casos na CPA que envolvessem diretamente o Brasil nos anos em que aqui estive.

101. Em agosto de 2017, foi celebrado acordo de sede entre o Brasil e a CPA. Discute-se, atualmente, a possibilidade de abertura de um escritório "ad hoc" da Corte no Brasil, enquanto ainda tramita o processo de ratificação do referido acordo.

Conferência da Haia de Direito Internacional Privado

102. A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (HCCH), não obstante seu pequeno porte, é organização de relevância, dado o considerável impacto de suas convenções na vida cotidiana dos cidadãos. O envolvimento do Brasil com a HCCH, seja no trabalho levado a cabo pela organização na Haia, seja na adesão a convenções desenvolvidas sob sua égide, vem-se aprofundando, como resultado da intensificação das relações transnacionais dos cidadãos brasileiros nas esferas comercial e civil. Minha gestão coincidiu com período particularmente ativo da Conferência, com a realização da 22^a Sessão Diplomática. As sessões diplomáticas constituem a instância máxima da organização, convocada para a adoção de novas convenções. A última Sessão Diplomática tinha sido reunida em 2007. A 22^a Sessão, ocorrida em junho/julho de 2019, concluiu o texto da Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Internacionais em Matéria Civil e Comercial. O Brasil compareceu com numerosa delegação, por mim chefiada, que incluiu representantes do Ministério da Justiça, da Procuradoria-Geral da República, da Advocacia-Geral da União e de diversas universidades.

103. No ano de 2018, a HCCH, tida como a mais antiga organização intergovernamental, comemorou 125 anos de existência. O secretariado organizou programa de eventos comemorativos, inaugurados em cerimônia oficial com a presença do rei Willem Alexander. Entre os eventos destacou-se reunião de dois dias de "brainstorm" a respeito do papel da organização no futuro. Durante minha gestão, o Secretário Geral Christophe Bernasconi realizou duas visitas ao Brasil. A primeira, em agosto de 2018, teve cunho exclusivamente bilateral. A segunda, em outubro de 2019, contou com agenda bilateral em Brasília, organizada à margem do 11º Fórum sobre a Apostila Eletrônica (e-App), realizado em Fortaleza. A escolha do Brasil para sediar o fórum reflete não só o êxito da Convenção da Apostila no Brasil, que já registra mais de 3,5 milhões de documentos apostilados em pouco mais de três anos da entrada em vigor do instrumento, mas também a percepção da Conferência de um maior protagonismo do país. Em novembro de 2018, deposiei,

junto à Chancelaria dos Países Baixos, o instrumento de ratificação pelo Brasil da Convenção Relativa à Citação, Intimação e Notificação no Estrangeiro de Documentos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial, oitavo instrumento da Haia assinado pelo país. Peritos brasileiros têm participado de todos os grupos de trabalho estabelecidos pela Conferência, e, não raras vezes, atuaram como presidentes.

104. O Projeto Turismo, proposta brasileira apresentada em 2013, teve importantes desenvolvimentos nos últimos 3 anos. As delegações brasileiras às sessões do Conselho de Assuntos Gerais e Política e às duas reuniões do grupo de peritos lograram, conforme as instruções recebidas, dar o melhor aproveitamento à contribuição voluntária feita pelo Brasil, com a realização de estudo adicional sobre opções para o tratamento de tema pela HCCH. A proposta continua, no entanto, enfrentando forte resistência de um número de países-chave da Conferência.

105. No que se refere a questões de governança, a HCCH manteve intensa agenda de reuniões, para o avanço de temas tais como a revisão das regras de procedimento; o estabelecimento de um mecanismo para a eleição de secretários gerais; o desenvolvimento de plano estratégico para o triênio 2019-2022; e a elaboração de um conjunto de regras para o estabelecimento de escritórios regionais. A Embaixada tem participadoativamente de todos os grupos, buscando assegurar que princípios como equilíbrio geográfico, maior inclusão e a busca pela universalidade sejam refletidos nos documentos produzidos. O Brasil passou a ocupar, desde maio de 2018, a vice-presidência do Comitê Permanente do Conselho de Representantes Diplomáticos, que tem como principal atribuição facilitar as negociações em torno do orçamento da organização. Em maio de 2020, o país assumirá a presidência do comitê, atualmente ocupada pelo Reino Unido.

Fundo Comum de Produtos de Base

106. O Posto fez-se representar nas reuniões do Conselho de Governadores e da Junta Executiva do Fundo Comum de Produtos de Base, participandoativamente das discussões sobre as políticas de investimento e administração do Fundo, aprovação de projetos e seleção de seu diretor-dirigente. A Embaixada atuou com êxito em prol da eleição de perito brasileiro, o senhor Wilson Andrade, para o Comitê Consultivo do Fundo Comum, órgão responsável pela análise técnica e recomendação de projetos. O senhor Andrade exerce atualmente a presidência do Comitê Consultivo.